

IBGE

PIB do Brasil cresce 0,5% no 2º trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou alta de 0,5% no segundo trimestre de 2026 ante o primeiro trimestre, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado veio acima da mediana

JOGATINA

RICARDO STUCKERT/PR



Governo ouve
sociedade civil
e deve atuar
contra as bets

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) reuniu representantes da sociedade civil ontem no Palácio do Planalto, em Brasília, para ouvir opiniões sobre o mercado de casas de apostas eletrônicas, mais conhecidas como bets. Segundo Lula, o governo deve tomar uma decisão em breve sobre o tema e ouvir a sociedade civil é parte importante nesse processo. “O governo tem discutido como resolver o problema das bets. Eu sugeri ouvirmos o que a sociedade brasileira pensa sobre as bets antes de tomarmos uma solução definitiva. Depois que terminar essa reunião eu vou ainda esta semana, possivelmente, convocar uma reunião para tomar uma decisão”, anunciou. Participaram da reunião entidades de proteção à criança, de estudos em saúde, representantes de setores do comércio, econômico e artístico. **PÁGINA 7**

BANCO CENTRAL

Nova regra do Pix amplia prazo para contestar golpe

PÁGINA 3

PLOA

Orçamento de 2027 projeta R\$ 133,8 bi em investimentos

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



A equipe econômica prevê R\$ 133,8 bilhões em investimentos no Orçamento de 2027, segundo o projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado na segunda-feira passada ao Congresso Nacional. O valor representa aumento em relação aos R\$ 110,8 bilhões previstos no Orçamento de 2026. A proposta amplia os recursos destinados a obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, habitação e projetos considerados prioritários pela equi-

STF

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



PGR pede a nulidade de investigação contra Moraes no caso Master

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, se manifestou pela nulidade da investigação contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes (**foto**) no caso do Banco Master. A manifestação atende a um pedido do relator do processo, André Mendonça, após o recebimento de relatório da Polícia Federal (PF) com diálogos entre Moraes e o dono do Master, Daniel Vorcaro. O relatório da PF foi feito a pedido de Mendonça. Para Gonet, a investigação é nula porque Mendonça não poderia ter ordenado a PF a investigar pessoas específicas. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA (0,01% / 174.586,26 / 9,46 / Volume: 29.790.464.965 / Negócios: 3.670.277							Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-1,16% (jul.)	EURO turismo									
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento	%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	0,07% (jul.)	Compra: 6,0720	Venda: 6,2520						
	Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.														
PETR4	41,45	+0,24	+0,10	TEL83F	18,90	+39,07	+5,31	RCSL4	0,57	-24,00	-0,18	Dow Jones	53.839,99	+0,13	Taxa Selic	(06/08)	CDI	(06/08)	13,90%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1604	+0,22%
ONCO3	1,920	+9,71	+0,170	TELB3	18,98	+37,54	+5,18	RCSL4F	0,58	-22,67	-0,17	S&P 500	7.798,99	+0,65	TR	(27/08)	BM&F/grama/RJ	R\$ 656,03	OURO	(27/08)	Compra: 5,1507	Venda: 5,1512
BBAS3	19,52	-0,26	-0,05	TELB4	9,35	+23,68	+1,79	ONCO11	0,330	-17,50	-0,070	Euronext 100	1.974,94	+0,11	Poupança	(27/08)	EURO Comercial				Compra: 5,1731	Venda: 5,3531
BBDC4	16,99	+1,25	+0,21	TEL84F	9,33	+21,17	+1,63	PLAS3F	1,83	-16,82	-0,37	CAC 40	8.650,56	-0,28								
CSAN3	3,71	-1,07	-0,04	AZEV4F	1,79	+15,48	+0,24	BRKM5	3,52	-14,36	-0,59	FTSE 100	10.772,67	-0,56								

MERCADOS



'Trade eleições' leva Bovespa a se aproximar dos 180 mil pontos

JULIANA MACHADO/AE

O otimismo com as eleições voltou a dar o tom dos negócios na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), por meio de um movimento mais específico: a montagem de posições pelos investidores, inclusive estrangeiros, em opções de compra (calls) para dezembro do EWZ, maior ETF ligado a ações brasileiras negociado em Nova York, e Petrobras.

Essa dinâmica acaba gerando demanda no mercado à vista porque quem vende essas opções precisa se proteger de uma eventual alta dos ativos e, para isso, compra ações ou cotas do ETF. No caso do EWZ, essa busca pode chegar à Bolsa brasileira por meio das operações que mantêm o ETF alinhado ao valor das ações que compõem sua carteira.

O aumento do fluxo levou o Ibovespa(Ibovespa) a subir de forma consistente desde a abertura do pregão, consoli-

dando o décimo pregão consecutivo de altas. No fim do dia, o índice não se sustentou nos 180 mil pontos, mas cravou uma alta de 1,3%, aos 179.722,48 pontos. Em Nova York, o EWZ sobe 1,5%.

DÓLAR

O dólar exibiu queda firme ontem, na contramão do comportamento da moeda norte-americana no exterior, embora algumas divisas emergentes tenham avançado. Afora uma alta limitada na primeira hora de negócios, quando registrou máxima de R\$ 5,2015, o dólar operou em queda ao longo do restante da sessão. As mínimas vieram no fim da manhã, quando surgiram notícias sobre as ligações entre Moraes e Vercaro, com a divisa tocando R\$ 5,1378. Após arrefecer o ritmo de baixa nas últimas horas de negociação, o dólar à vista terminou o dia em queda de 0,47% a R\$ 5,1557. Em agosto, a moeda americana subiu 2,16% frente ao real.

BATERIAS

Setor elétrico pede mudanças no encargo e defendem adiar leilão

JOÃO CAIRES/AE

Empresas e associações do setor elétrico defenderam ontem, que haja alterações nas regras de custeio do futuro leilão de sistemas de armazenamento de energia em baterias. Em audiência pública na sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os porta-vozes convergem sobre a necessidade de ajustes na definição dos responsáveis pelo pagamento do Encargo de Reserva de Capacidade (ERCAP) e na alocação dos riscos associados à arrecadação dos recursos, mas divergem sobre a necessidade de adiamento do certame até que as questões sejam alinhadas.

O diretor-presidente da Echoenergia, Liu Aquino, afirmou que a metodologia prevista atribui aos geradores uma conta que, na avaliação da empresa, deveria ser compartilhada por outros beneficiários do sistema. Segundo ele, os ganhos decorrentes da redução do curtailment das fontes renováveis não seriam suficientes para compensar os custos que passariam a ser suportados pelos geradores.

Ele defendeu que o Ministério de Minas e Energia e a Casa Civil avaliem a postergação do leilão até que haja uma solução legal para o tema. Segundo ele, a estrutura atual cria um subsídio cruzado e pode comprometer a expansão do mercado de armazenamento.

A preocupação com o encargo foi compartilhada por entidades setoriais. A diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Renata Rosada, afirmou que os documentos licitatórios não deveriam antecipar dispositivos da Lei nº 15.269/2025, uma

vez que ainda existem discussões sobre possíveis ajustes na legislação. Segundo ela, eventuais mudanças posteriores poderiam exigir revisões no edital e provocar atrasos no cronograma do certame.

Na mesma linha, o diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Marcelo Cabral, afirmou que ainda existem dúvidas relevantes sobre a definição dos pagadores do encargo. O executivo alertou que a manutenção das incertezas pode aumentar o risco de judicialização do leilão.

O presidente executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauaia, também citou preocupação dos agentes com os custos associados ao ERCAP. Segundo ele, parte do setor acredita que a contravérsia pode ser resolvida antes da realização do certame, sem a necessidade de adiamento.

Além da definição dos pagadores, os participantes da audiência questionaram a forma como os riscos financeiros do mecanismo foram distribuídos entre os agentes. O presidente do conselho da Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia (ABSAE), Markus Vlasits, defendeu a separação entre os contratos de reserva de capacidade (CRCAP) e os mecanismos de arrecadação dos encargos setoriais. Segundo ele, a vinculação entre os dois temas pode elevar o custo de financiamento dos projetos.

A Abeeólica também criticou a atribuição aos vendedores dos riscos relacionados à inadimplência do encargo, avaliando que a medida aumenta significativamente a exposição dos empreendedores e pode comprometer a competitividade do certame.

PLOA

Orçamento de 2027 projeta R\$ 133,8 bi em investimentos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A equipe econômica prevê R\$ 133,8 bilhões em investimentos no Orçamento de 2027, segundo o projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado na segunda-feira passada ao Congresso Nacional. O valor representa aumento em relação aos R\$ 110,8 bilhões previstos no Orçamento de 2026.

A proposta amplia os recursos destinados a obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, habitação e projetos considerados prioritários pela equipe econômica. Os investimentos fazem parte das despesas discricionárias, que não têm execução obrigatória e podem ser ajustadas pelo governo ao longo do ano.

Do total previsto para 2027, R\$ 87,9 bilhões correspondem a despesas primárias e R\$ 45,9 bilhões a inversões financeiras, que incluem operações como subsídios destinados a programas habitacionais.

O arcabouço fiscal determina piso de R\$ 88,7 bilhões para os investimentos no próximo ano, equivalente a 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país). Dessa forma, o total de investimentos públicos previstos para 2027 está R\$ 45,1 bilhões acima

do limite mínimo. Principais números

- R\$ 133,8 bilhões: investimentos totais previstos para 2027;
- R\$ 87,9 bilhões: despesas primárias de investimento;
- R\$ 45,9 bilhões: inversões financeiras;
- R\$ 61,5 bilhões: previsão de investimentos no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC);
- R\$ 110,8 bilhões: investimentos previstos no Orçamento de 2026;
- R\$ 88,7 bilhões: piso de investimentos previsto para 2027.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, destacou que a capacidade de investimento do governo aumentou na proposta, embora ainda esteja abaixo do necessário para sustentar um crescimento mais acelerado da economia.

“Mesmo quando considera só investimento primário, ampliamos nossa capacidade [de investimento no PLOA]. É um espaço que ainda precisa crescer, porque aumenta nossa capacidade produtiva”, disse.

RECURSOS PARA O PAC

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deverá concentrar R\$ 61,5 bilhões em investimentos em 2027. O montante considera tanto des-

pesas primárias quanto financeiras.

Os recursos poderão financiar projetos de infraestrutura e expansão da capacidade produtiva, incluindo obras de transporte, energia, habitação e outras áreas consideradas estratégicas pelo governo.

O texto reserva as seguintes verbas para alguns programas do Novo PAC:

- R\$ 8,25 bilhões para o Minha Casa, Minha Vida;
- R\$ 1,19 bilhão para transporte coletivo urbano;
- R\$ 667,2 milhões para drenagem e prevenção de inundações.

Segundo Moretti, o aumento dos investimentos foi possível em parte pelo controle do crescimento das despesas obrigatórias e pela aplicação dos mecanismos de contenção previstos na legislação fiscal.

DESPESAS

A proposta também prevê redução da participação das despesas obrigatórias na economia. Segundo o governo, elas devem passar de 17,5% para 17,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

A proporção dos gastos obrigatórios em relação à despesa primária total também recua, de 92,4% para 91,7% do PIB.

Entre as principais reduções previstas estão:

- Pessoal: queda de 0,1 ponto percentual do PIB;
- Benefícios previdenciários: queda de 0,1 ponto;
- Despesas obrigatórias com controle de fluxo: queda de 0,1 ponto;
- Sentenças judiciais: queda de 0,1 ponto.

Em contrapartida, o Orçamento incorpora uma despesa equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB para o novo Fundo de Compensação a Estados e Municípios, criado pela reforma tributária.

LIMITE FISCAL

O aumento dos investimentos ocorre dentro das regras do arcabouço fiscal. A legislação permite crescimento anual das despesas de até 2,5% acima da inflação, condicionado ao comportamento das receitas públicas.

As despesas discricionárias, por serem mais flexíveis, são uma das principais áreas utilizadas pelo governo para acomodar investimentos e, ao mesmo tempo, cumprir as metas fiscais.

Para Moretti, apesar do crescimento previsto no PLOA 2027, o volume de investimentos ainda é insuficiente diante das necessidades de infraestrutura e expansão da capacidade produtiva do país.

SENADO

Omar Aziz diz ter o número para aprovar PEC do fim da 6x1 na CCJ

GABRIEL MÁXIMO E FLÁVIA SAID/AE

O senador Omar Aziz (PSD-AM) (**foto**), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dá fim à escala 6x1, disse ontem, que há votos suficientes para aprovar a matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

O colegiado tem sessão marcada para hoje, às 9h. A PEC consta como primeiro item da pauta.

"Nós vamos votar e tomara que a gente aprove. Nós temos número para aprovar na CCJ", declarou em entrevista à imprensa.

Como o relator ainda lerá seu parecer, há a possibilidade de qualquer senador apresentar



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

um pedido de vista. Há precedentes de comissões convocando sessões no mesmo dia como forma de acelerar a tramitação de alguma proposta. Segundo Aziz, há possibilidade de que o

presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), conceda vista de uma a duas horas.

"O presidente Otto, se tiver que dar vista, ele pode dar vista por uma hora ou duas horas, es-

sa é uma decisão dele. Mas pelo que eu conversei com o presidente Otto, ele quer votar amanhã", disse.

Omar Aziz também criticou a ideia da oposição de permitir que o empregado negocie sua jornada com o empregador: "Eu sou literalmente contra você acabar com a Consolidação das Leis Trabalhistas. Segurança para o trabalhador é CLT. Esquece isso. Esse negócio de fazer acordo. Até quando me interessar. Quando não me interessar, mando você embora e acabou? Não tem isso. Isso não existe. Isso é um retrocesso das conquistas de vocês, trabalhadores, muito grande. Não faça isso, nem pense nisso. Isso não deve ser nem discutido".

2026

Abimaq revê de 3,2% para 8,4% previsão de queda nas vendas totais

EDUARDO LAGUNA/AE

A Abimaq, entidade que representa a indústria nacional de máquinas e equipamentos, revisou para baixo as previsões de desempenho neste ano, apontando o impacto negativo dos juros altos nas decisões de investimento, além da maior concorrência chinesa.

A expectativa de queda nas

vendas totais passou de 3,2% para 8,4%, como resultado do recuo, revisto de 3,6% para 7,7%, esperado nas compras do mercado interno.

Para as exportações, que têm nos Estados Unidos o principal destino e foram alvo do tarifaço americano, a projeção também piorou: de crescimento de 6,4%, no faturamento em dólares, para queda de 1,1%.

Durante a apresentação dos

resultados de julho à imprensa, o presidente executivo da Abimaq, José Velloso, afirmou que os juros elevados encareceram o financiamento de máquinas e, ao mesmo tempo, reduziram a atratividade dos investimentos produtivos, dada a menor taxa de retorno.

"Com a taxa de juros muito elevada, além de o financiamento da máquina ficar mais caro, o investimento não se justifica",

comentou Velloso.

O executivo disse que as máquinas brasileiras também estão perdendo espaço para concorrentes chineses, cujos preços os fabricantes brasileiros não conseguem acompanhar. "Temos vários exemplos de produtos que estão sendo vendidos no nosso mercado a preços que não pagam a matéria-prima do produto brasileiro", disse Velloso.



ARTE DE RUA

Prefeitura abre inscrições para novo edital de museu

A Prefeitura está com inscrições abertas para novo edital do Museu de Arte de Rua (MAR). Os projetos de arte urbana selecionados vão receber até R\$ 4 milhões em recursos para realizar ações em espaços públicos da capital. Para participar, basta se inscrever até as 23h59 do dia 20 de setembro pela plataforma Sistema de Editais.

O edital conta com três linhas de apoio: “Intervenções Artísticas”, para obras inéditas de arte urbana, realizadas em solo ou em altura, com até R\$ 100 mil por projeto; “Repaginação de Obras”, para projetos de restauração, requalificação ou repaginação de obras já existentes, com até R\$ 80 mil por projeto; e “Festivais de Graffiti e Arte Urbana”, voltada à realização de ações públicas com curadoria, participação de múltiplos artistas e programação mínima de oito horas, com R\$ 100 mil por projeto.

A distribuição dos recursos e a forma de pagamento também serão diferentes. Cada linha terá pelo menos 15% dos recursos, e o restante será destinado às propostas com maior pontuação. Haverá pontos adicionais para projetos com intervenções nas subprefeituras de Cidade Tira-

quentes e Capela do Socorro — que receberam poucas propostas nas edições anteriores — e Sé — que atende ao interesse público de articular a política cultural à requalificação urbana do centro. Proponentes não contemplados nos dois últimos ciclos do Programa MAR e equipes compostas por pessoas negras, indígenas ou com deficiência também receberão pontos extras.

Os projetos poderão contemplar diferentes linguagens, estilos e abordagens estéticas da arte urbana, incluindo graffiti, muralismo, estêncil, lambe-lambe, cartazes, pintura, técnicas mistas e outras expressões correlatas, observadas as especificações previstas no edital.

Poderão participar pessoas físicas e pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes, domiciliadas ou estabelecidas no Brasil. As propostas podem ser apresentadas por artistas individuais, coletivos, grupos, organizações da sociedade civil, associações, cooperativas, empresas e demais agentes culturais.

O Chamamento Público é regido pela Lei Federal nº 14.903/2024, que institui o Marco Regulatório do Fomento à Cultura.

SMART SAMPA

Foragido da Justiça por homicídio é preso pela GCM após alerta

A Guarda Civil Metropolitana (GCM) de São Paulo prendeu, na manhã de segunda-feira passada, um homem procurado pela Justiça, condenado a 24 anos de prisão, em regime fechado, por homicídio qualificado. O criminoso foi detido na Avenida Comendador Sant’Anna, na Zona Sul da capital, após ser identificado pelas câmeras do Smart Sampa.

A equipe da GCM fazia patrulhamento pela região quando recebeu um alerta do sistema de videomonitoramento e passou a realizar buscas nas proximidades. Os agentes localizaram o foragido em frente à Assistência Médica Ambulatorial (AMA) do Capão Redondo.

Ao ser abordado, o homem não ofereceu resistência. Identificado como Erick Brândão de São Leão, de 39 anos, ele tem mandado de prisão expedido no dia 14 de novembro de 2024 pela 3ª Vara do Júri do Foro Central Criminal da Barra Funda do Tribunal de Justiça

de São Paulo (TJSP).

O criminoso foi condenado a 24 anos de prisão, em regime fechado, pelo crime de homicídio qualificado, previsto no artigo 121 do Código Penal. Ele foi conduzido ao 47º Distrito Policial (Capão Redondo), onde foi registrado boletim de ocorrência por captura de foragido, e segue à disposição da Justiça.

Tecnologia a serviço da segurança pública

Com 50 mil câmeras estrategicamente distribuídas por todas as regiões da cidade, o Smart Sampa, considerado o mais completo sistema de monitoramento inteligente da América Latina, ultrapassou a marca de 3.500 foragidos da Justiça capturados pela Guarda Civil Metropolitana (GCM). Desde sua implementação em novembro de 2024, o reconhecimento facial também já possibilitou mais de 6.383 prisões em flagrante, a localização de 257 pessoas desaparecidas e 3.522 ocorrências envolvendo veículos roubados;

PERSEGUIÇÃO DA PM

Motorista: Tarcísio aguarda inquérito de ‘sua polícia’

GEOVANI BUCCI/AE

O governador de São Paulo e candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem que agora é preciso aguardar a conclusão do inquérito da Polícia Civil sobre a suposta perseguição de viaturas da Polícia Militar ao carro utilizado pelo motorista do candidato ao governo paulista Fernando Haddad (PT) **(foto)**.

"A gente está meio sem assunto, né? O que eu posso dizer? O Ministério Público Eleitoral arquivou, e a Polícia Civil continua com o seu inquérito", declarou Tarcísio durante visita ao Novo Hospital da Lapa, antigo Hospital Sorocabana, na zona oeste da capital paulista.

O governador afirmou que a apuração administrativa realizada pela PM reuniu imagens de câmeras, dados de GPS das viaturas e depoimentos dos policiais envolvidos. O material foi encaminhado à Polícia Civil.

"A Polícia Militar fez um trabalho que está substanciado em mais de 300 páginas, que envolve a aferição de 70 câmeras, de várias fontes diferentes. Esse trabalho, com o registro do GPS das viaturas e o relato dos policiais, foi entregue para a Polícia Civil. A polícia está desenvolvendo o inquérito, e agora é esperar", disse.

A Procuradoria Regional Elei-



LULA MARQUES/ABRASIL

toral de São Paulo arquivou o pedido apresentado pela campanha de Haddad para investigar Tarcísio por suspeita de abuso de poder e abuso de autoridade. O órgão concluiu que não houve crime eleitoral, mas não afastou a possibilidade de irregularidade no patrulhamento.

No parecer, a Procuradoria afirmou que o fato de duas viaturas táticas terem cruzado com o carro utilizado pela campanha petista em um intervalo de 44 minutos e dentro de um "raio geográfico estreito" não poderia

ser tratado como "mera coincidência".

A investigação preliminar da PM, por sua vez, foi encerrada sem identificar indícios de perseguição ou de infração cometida pelos policiais. Segundo a Secretaria da Segurança Pública, o procedimento possui 383 páginas e analisou imagens de 79 câmeras, além de registros operacionais e dados de localização das viaturas.

Na segunda-feira passada, Haddad apresentou novas imagens do episódio e um laudo as-

sinado por dois peritos judiciais. O documento sustenta que uma das viaturas parou perto do carro do motorista em frente a um hotel e permaneceu no local por cerca de 20 minutos, durante dois deles simultaneamente ao veículo da campanha.

A conclusão diverge da versão apresentada pelo governo estadual de que a viatura apenas passou pelo local. A campanha de Haddad anexou as novas imagens e o laudo ao inquérito conduzido pela Polícia Civil, que permanece em andamento.

MÃOS E MENTES

Prefeitura abre inscrições para oficinas gratuitas de estamparia

A Prefeitura está com inscrições abertas, até 13 de setembro, para artesãos e manualistas credenciados no programa Mãos e Mentes Paulistanas interessados em participar da Oficina de Estamparia e Upcycling, técnica de reutilização criativa de materiais e produtos. A formação é gratuita e terá duração de 40 horas, distribuídas em 13 encontros presenciais realizados no Cate Central, no Centro Histórico da capital.

Serão disponibilizadas 25 vagas principais e até dez vagas para suplentes. É necessário ter disponibilidade de horário para frequentar a totalidade das au-

las do cronograma. Clique aqui para fazer o cadastro.

O objetivo da iniciativa é qualificar e capacitar profissionais do setor na aplicação de técnicas de estêncil (stencil), criação de moldes, técnicas de pintura têxtil, customização de peças de vestuário e materiais em desuso. O edital estabelece preferência no preenchimento das vagas para a comunidade LGBTQIAPN+ e mulheres cis, com as vagas remanescentes sendo destinadas aos demais inscritos.

“A qualificação é uma das principais ferramentas para fortalecer o artesanato como atividade econômica. Com esta ofi-

cina, estamos oferecendo aos participantes a oportunidade de aprender novas técnicas, incorporar práticas sustentáveis ao processo produtivo e desenvolver produtos com maior valor agregado. Além disso, a iniciativa contribui para ampliar oportunidades de geração de renda e reforça nosso compromisso com a inclusão produtiva, a criatividade e a economia circular”, afirma Rodrigo Goulart, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

os inscritos que atenderem a todos os pré-requisitos. O material necessário para a realização das atividades práticas será disponibilizado gratuitamente pelo Ate-liê 11.

Sobre o Mãos e Mentes Paulistanas

O programa da Prefeitura, coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), é voltado ao fortalecimento do setor de artesanato e manualidades. A iniciativa promove qualificação empreendedora, acesso ao mercado e oportunidades de comercialização para artesãos e manualistas da cidade.

INCLUSÃO

Educação Bilíngue para Surdos completa 15 anos na Rede Municipal

A Educação Bilíngue para Surdos completa 15 anos na Rede Municipal de Ensino da Prefeitura, com mais de 1.200 estudantes atendidos pelo programa, considerando diferentes etapas e modalidades de ensino. A trajetória será celebrada hoje, durante a Jornada de Educação Bilíngue de Surdos, que reunirá profissionais da rede para momentos de formação, troca de experiências e relatos de práticas desenvolvidas nas unidades educacionais.

A Jornada integra as comemorações dos 15 anos da política, instituída em 2011 pelo Decreto nº 52.785, que criou as Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) e estabeleceu uma nova organização para o atendimento educacional de estudantes surdos na cidade. O evento será realizado na Universidade Paulista (UNIP) – Campus Vergueiro.

A política municipal considerava a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua, utilizada como língua de instrução e comunicação, e a Língua Portuguesa como segunda língua, trabalhada na modalidade escrita. A proposta respeita as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda e busca garantir aos estudantes o acesso ao Currículo da Cidade.

A Educação Bilíngue para Surdos na Rede Municipal tem como um de seus fundamentos a pedagogia visual, que considera as características visoespaciais da Libras nas experiências escolares. A abordagem valoriza o letramento visual e contribui para a construção da identidade surda e para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. A Prefeitura de São Paulo foi pioneira na criação de um Currículo Bilíngue.

Voltado aos estudantes com

surdez. A iniciativa contribui para garantir o acesso ao Currículo da Cidade, considerando as especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

ATENDIMENTO

Em 2012, foram criadas duas Unidades Polo Bilíngue para Surdos, nos CEUs Capão Redondo e São Rafael. As unidades passaram a oferecer classes bilíngues para estudantes surdos em diferentes etapas da escolarização, além de serviços de apoio educacional especializado.

A política também contempla o atendimento de estudantes surdos em unidades comuns da Rede Municipal. Nesses espaços, os estudantes contam com serviços de apoio, incluindo Atendimento Educacional Especializado, instrutores e intérpretes de Libras, de acordo com suas necessidades.

Formação e qualificação do

atendimento.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da área responsável pela Educação Especial, promove formações para profissionais que atuam nas EMEBS, nas Unidades Polo Bilíngue e nas escolas regulares que recebem estudantes surdos.

As ações buscam qualificar o trabalho dos profissionais e o atendimento aos estudantes. A política prevê ainda serviços de apoio especializados para estudantes surdos e surdocegos, de acordo com as especificidades de cada estudante.

Ao longo dos últimos 15 anos, a Rede Municipal ampliou as formas de atendimento e consolidou uma política que reconhece as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda e busca garantir o acesso ao currículo, a participação e a aprendizagem dos estudantes.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela ILM – Instituto Metropolitano de Ensino Ltda", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia **21 de setembro de 2026, às 16:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a alteração do Anexo II – Tabela de Pagamentos dos CRI e Anexo IV – Dados de Pagamento do "Termo De 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais Escriturais, Com Garantias Reais, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Ilme – Instituto Metropolitano De Ensino Ltda.", conforme aditado ("Notas Comerciais"), de modo que passe a vigorar conforme proposta a ser apresentada na realização desta Assembleia; e (II) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditementos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitantes que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br cópia para o e-mail jurídico dro@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI Faneiro 59", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encaminham-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fones.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).
São Paulo, 01 de setembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

IRREGULARIDADE

Anvisa manda apreender produtos da United Labz

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou ontem a apreensão de todos os produtos da marca United Labz. Com isso, os produtos não podem ser fabricados, armazenados, distribuídos, vendidos, importados, divulgados nem utilizados.

Os itens são fabricados por empresa desconhecida e não possuem registro, notificação ou cadastro na agência reguladora, embora sejam anunciados na internet e amplamente comercializados.

A Resolução-RE 3.440, de 31 de agosto de 2026, que determina a apreensão, foi publicada no Diário Oficial da União.

Em seu site, a United Labz

se apresenta como uma empresa americana e anuncia canetas emagrecedoras importadas. Os produtos são supostamente à base de Tirzepatida e Retatrutida.

A Tirzepatida é o princípio ativo de medicamentos usados no tratamento do diabetes tipo 2 e da obesidade. Já a Retatrutida ainda está em desenvolvimento clínico e não foi registrada em

nenhum país até o momento.

Ciente de que a procura por medicamentos voltados ao tratamento do diabetes e da obesidade está em alta em todo o mundo e o Brasil acompanhando o interesse global pelos produtos, a Anvisa reforça o alerta sobre o perigo de consumir produtos de origem desconhecida.

CULTURA

Bienal do Livro tem novo projeto para incentivar leitura no Brasil

ALANA GANDRA/ABRASIL

A Bienal do Livro do Rio de Janeiro inaugura neste mês de setembro um novo projeto, dentro da proposta de incentivar a leitura no Brasil e aumentar o alcance do festival mesmo em anos intermediários à sua realização. Trata-se do projeto Estação Bienal, que fará a aproximação dos leitores de seus autores preferidos e suas obras.

A primeira parada da Estação Bienal está marcada para o dia 9 de setembro, no Teatro Clara Nunes, no Shopping da Gávea, zona sul do Rio de Janeiro. Nessa data, os fãs da escritora inglesa Alice Oseman, autora da série “Heartstopper”, terão a oportunidade de conhecê-la ao vivo e ganhar seu autógrafo. Esse primeiro programa da Estação Bienal tem a parceria da Companhia das Letras, por meio da Seguinte, selo jovem da editora.

O diretor de Marketing e Conteúdo da GL events Exhibitions, que realiza a Bienal do Livro do Rio juntamente com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), Bruno Henrique, disse à Agência Brasil que a ideia, no primeiro momento, é trazer para o novo projeto somente autores internacionais, a quem o público tem mais dificuldade de acesso.

“A gente quer criar esse produto para aproximar autores mais difíceis do seu público, com certa periodicidade que ainda será definida”.

Depois, a ideia é ampliar o projeto, como ocorreu com a Bienal nas Escolas, que leva autores a unidades da rede pública de ensino ao longo do ano e acabou se tornando uma proposta permanente. “A gente pretende

ir evoluindo”, garantiu Bruno Henrique.

ESCRITORES

O diretor da GL events Exhibitions informou que a organização da Bienal tem uma lista de escritores que são muito demandados pelos leitores e a escritora Alice Oseman é uma das mais pedidas. Junto à Companhia das Letras, percebeu-se a oportunidade de trazê-la agora, já que sua agenda permitia a vinda ao Brasil e, em especial, ao Rio de Janeiro, para uma ação específica.

“Foi uma questão de oportunidade, casando com a grande demanda que a gente já tinha por esse nome nas bienais anteriores”, disse Bruno Henrique.

Alice Oseman atende uma parcela significativa do público jovem da Bienal do Livro do Rio. A inglesa é considerada “best seller” (mais vendido) e, em seus livros, trata com delicadeza de temas ligados aos jovens, especialmente da população LGBTQIA+.

Segundo Bruno Henrique, a mobilização dos fãs para a compra de ingressos para o encontro com a escritora estrangeira, inclusive nas redes sociais, sinaliza a existência de um recorte específico do público bastante abrangente de uma geração de milhares de seguidores que ela já tem no país. Não há prazo determinado para encerramento das vendas de ingressos, informou o diretor.

Os ingressos podem ser adquiridos no site da Sympla ou no próprio teatro. Há três preços: Simples, de R\$ 85 (meia entrada) e R\$ 170 (inteira) para acesso somente ao bate-papo; Master (acesso ao bate-papo + um exemplar de Heartstopper 6

previamente autografado): R\$ 175,00 (meia) e R\$ 350,00 (inteira); e Full Experience (acesso ao bate-papo + um exemplar de Heartstopper 6 + participação na sessão de autógrafos, podendo tirar foto do momento): R\$ 199,90 (meia) e R\$ 399,90 (inteira).

Bruno Henrique destacou que haverá também a meia entrada social, acessível a qualquer pessoa, desde que faça a doação de um livro, em bom estado, que será destinado a uma instituição apoiada pela Bienal do Livro Rio. “A ideia, disse, é fazer os livros girarem também, estimulando a leitura sob todas as perspectivas”.

ITINERÂNCIA

A Estação Bienal pretende ser itinerante, abrindo a possibilidade de transformar teatros, centros culturais e outros espaços da cidade em pontos de encontro para vários locais e segmentos da população carioca. “Daí ser uma Estação Bienal, com o propósito de ir parando em vários locais diferentes, com obras e autores diversos”.

O nome de um novo escritor estrangeiro já foi levantado para a próxima edição do projeto. A GL events Exhibitions já está em conversa com os agentes do autor e seu editor, mas não pode adiantar o nome, por se tratar de uma operação complexa, que depende da logística e agenda dos escritores estrangeiros.

A ideia é conseguir fazer, “ainda este ano, mais uma Estação Bienal, com outro nome conhecido do público e cuja presença é bastante pedida nas bienais do Livro Rio”.

Todos os participantes receberão um pin especial em cada

edição da Estação Bienal. A peça é colecionável e a primeira terá a capa do sexto volume de “Heartstopper”. Cada nova parada terá seu próprio pin, com identidade exclusiva, para que os leitores possam guardar e colecionar as experiências vividas ao longo do projeto.

INCENTIVO À LEITURA

A trajetória de incentivo à leitura da Bienal do Livro do Rio é feita também no ano do festival e um pouco antes, por meio de parcerias, visando a doação de livros. Com o Hemorio, por exemplo, o resultado do projeto “Ler tá no Sangue” tem sido super positivo, resultando no aumento do número de doadores para o instituto.

Com o Metrô Rio, são distribuídos livros pelos vagões, com a sugestão “Embarque na Leitura”. “Porque a gente entende que esse é um lugar de muita leitura. As pessoas usam livros como companheiros nessa locomoção diária”.

Outro projeto, com o objetivo de estimular a leitura, denominado “Invasão dos Livros”, é realizado com a Voz das Comunidades, no Complexo do Alemão. “A gente retoma ali a questão de uma ação social com a distribuição de livros no local e o apoio da comunidade”.

Para o diretor, isso significa tentar ampliar o propósito da Bienal para outros momentos, para mais lugares da cidade, em outros tempos, “para mais pessoas ficarem em contato com esse hábito da leitura, com os livros. O propósito é ir caminhando no sentido de tornar cada vez mais o Brasil um país leitor”, concluiu Bruno Henrique.

APOLOGIA AO NAZISMO

Instituto da UFRJ lança protocolo para conflitos após agressão a aluno

RAYANDERSON GUERRA/AE

O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), anunciou uma série de medidas após o estudante de História Diego Costa Araújo, de 27 anos, ser agredido e acusado de apologia ao nazismo e de cometer injúria racial. O aluno nega que tenha cometido esses crimes e disse, ao Estadão, que considera “impossível” retomar o curso por não se sentir seguro.

“A UFRJ não consegue garantir minha segurança física enquanto pessoa”, disse. O episódio ocorreu no último dia 25.

Diego diz que vestia um bottom e uma camiseta da banda punk Death in June, conhecida por seu posicionamento ambíguo sobre o nazismo, e afirma ter sofrido uma tentativa de homicídio ao ser espancado por dezenas de pessoas. No Brasil, a apologia ao nazismo é prevista na Lei 7.716/1989. A divulgação de símbolos nazistas para esse fim pode resultar em reclusão de dois a cinco anos e multa.

Entre as medidas anunciadas pelo IFCS estão:

1. Vedação ao Confronto Físico por Membros da Comunidade

Servidores, docentes e estudantes não devem realizar contenção física, condução coercitiva ou retirada forçada de pessoas, nem se expor para separar briga ou conter terceiros.

A retenção ou cercamento de indivíduos por iniciativa própria é terminantemente vedada, devendo essas ações caber estritamente aos órgãos de segurança institucional ou policial.

2. Alerta sobre 'Prisão em Flagrante por Particular'

O documento alerta expressamente sobre o risco do uso da prisão em flagrante por particulares (prevista no Código Penal). Em cenários de conflito com aglomerações, essa tentativa costuma se converter em agressão coletiva e resultar em responsabilização penal dos envolvidos.

3. Regras Claras sobre Gravações Audiovisuais

A realização de gravações em áreas de circulação comum, isoladamente, não justifica abordagem nem a retirada* de ninguém do prédio público.

Intervenções só devem ocorrer se a gravação estiver acompanhada de perturbação da ordem, prejuízo ao serviço ou violação de espaços com restrição/situações protegidas.

Proibição de divulgação em redes sociais: As gravações de ocorrências devem ser preservadas apenas para órgãos competentes; divulgá-las na internet compromete apurações, expõe pessoas e amplia conflitos.

4. Presença de Não Alunos em Salas de Aula

O docente responsável pode proibir ou restringir a permanência de pessoas não matriculadas ou sem autorização em sala de aula.

No entanto, estudantes não têm autorização para abordar outros presentes sob dúvida da condição de aluno. Essa verificação cabe exclusivamente à unidade acadêmica.

5. Hierarquia e Fluxo de Acionamento da Segurança (com atalho para o 190)

Existe uma ordem sequencial de acionamento:

1. Posto de Vigilância terceirizada da unidade;

2. Divisão de Segurança (DISEG / CCO) da Prefeitura

Universitária;

3. Polícia Militar (190);

4. Direção da Unidade (comunicada após o controle do caso).

Exceção de Risco Imediato: Em casos de agressão/contato físico, ameaça ou risco à integridade, o 190 deve ser acionado imediatamente*, pulando as etapas anteriores.

6. Protocolo para Conflitos com Aglomerações

Diante da formação de grupos/aglomerações em torno de um desentendimento, o servidor não deve mediar fisicamente: deve interromper a atividade, orientar a saída ordenada dos presentes e acionar a segurança* de imediato.

7. Canais de Acolhimento e Denúncia Independentes

O IFCS dispõe da Comissão de Assédio (comissaoasseedio@ifcs.ufrj.br) para acolhimento de pessoas constrangidas, ameaçadas ou perseguidas. As denúncias formais ocorrem via Ouvidoria (Fala BR), podendo ser anônimas. A busca por esses canais de acolhimento não depende do registro prévio de ocorrência policial.

8. Exigência de Objetividade nos Registros de Ocorrência

Ao registrar um incidente, deve-se descrever objetivamente os fatos, horários, condutas e orientações, evitando adjetivações, juízos pessoais, termos discriminatórios ou conclusões jurídicas precoces.

Diego afirma que tentou explicar que a camisa e o broche que vestia faziam referência à oposição ao nazismo e à supremacia branca. “[No vídeo] Estou andando de modo pacífico e tendo uma postura pacífica. Eu não resisto, eu não xingo, eu não agrido de volta”.

A banda em discussão, Death in June, provoca controvérsia no mundo da música pelo uso de símbolos associados ao nazismo. Em 2023, o crítico Jim DeRogatis publicou no jornal Chicago Sun-Times que o vocalista Douglas Pearce é assumidamente gay e integrante da banda punk de esquerda Crisis. DeRogatis também mencionou que o Death in June já teve um integrante judeu em sua formação e que o grupo utiliza esses símbolos com o objetivo de provocar indignação.

O QUE DIZ A UFRJ

A UFRJ e a direção do IFCS abriram uma comissão de sindicância para apurar o caso. Em nota oficial, a reitoria da universidade repudiou veementemente qualquer tipo de apologia ao nazismo, ao fascismo, ao racismo, ao antisemitismo e a qualquer forma de intolerância ou discriminação.

A instituição ressaltou que não admite agressões físicas ou violência como resposta a provocações ou divergências ideológicas, afirmando que o ambiente acadêmico deve priorizar a convivência democrática. Reuniões e ações com a comunidade estudantil foram intensificadas para evitar a escalada de novos conflitos no campus.

POLÍCIA INVESTIGA

A Polícia Civil do Rio de Janeiro investiga o episódio de violência envolvendo estudantes da UFRJ.

A Polícia Civil analisa as imagens gravadas por celulares de testemunhas e realiza diligências para ouvir os envolvidos e esclarecer tanto a acusação de apologia ao nazismo quanto os atos de agressão física.

TRANSPORTE

Teleférico da Providência atinge a marca de 4 milhões de passageiros

O Teleférico da Providência atingiu, ontem, a marca de 4 milhões de passageiros transportados desde a retomada da operação integral, em 9 de fevereiro de 2025. O transporte municipal, que é gratuito para os moradores do Morro da Providência e visitantes, também registrou o recorde de 12.645 de usuários em um único dia, em 5 de junho deste ano. As marcas reforçam a importância desse transporte como alternativa para os moradores da região, facilitando o deslocamento e o acesso ao Centro. O modal é gerido pelo Consórcio Rio Providência, com investimentos da Prefeitura do Rio e gestão e fiscalização do contrato de concessão realizados pela Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar).

“Alcançamos uma marca relevante em tão pouco tempo porque é um transporte gratuito, que funciona todos os dias da



semana, inclusive domingos e feriados, e em horários estendidos nos dias úteis. Entrou na rotina do morador, facilitando seu deslocamento e dando mais qualidade de vida a quem precisa trabalhar, estudar e àqueles

que têm dificuldade de locomoção, além de ter ampliado o acesso aos visitantes. É uma demonstração de que investimentos em infraestrutura e parcerias podem gerar resultados concretos para a cidade e, principal-

mente, para quem utiliza o transporte público diariamente”, afirmou o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Osmar Lima.

HISTÓRICO

Inaugurado em julho de 2014, o Teleférico da Providência foi construído no âmbito do programa Morar Carioca, com investimento de R\$ 75 milhões, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O serviço foi interrompido em 2017 e passou por um amplo processo de recuperação, iniciado em 2021 e coordenado pela CCPar. As obras de modernização incluíram a reforma das três estações, a recuperação das torres metálicas e a atualização do sistema eletromecânico. Ao todo, a Prefeitura do Rio investiu R\$ 42 milhões na recuperação e modernização do equipamento.

Congresso

Motta diz que Câmara aprecia hoje indicação de Pacheco ao TCU

GABRIEL MÁXIMO/AE

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou que a Casa votará a indicação do senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) para o Tribunal de Contas da União (TCU) hoje, às 11h. O ex-presidente do Congresso teve seu nome aprovado pelo Senado ontem, por 63 votos a 4.

"Acaba de ser aprovado pelo Senado Federal o nome do senador Rodrigo Pacheco como indicação daquela Casa para o Tribunal de Contas da União, com 63 votos favoráveis no Senado Federal. In-

formo a este plenário que no dia de amanhã, às 11 horas, nós faremos a apreciação da mensagem do Senado Federal para que confirmemos a indicação da Casa vizinha pela nossa Casa", disse Motta, em declaração ao plenário da Câmara.

Segundo o presidente da Câmara, a votação se dará pelo sistema eletrônico, por não se tratar de uma eleição, mas de uma confirmação. Caso receba o aval também dos deputados, Pacheco poderá assumir a vaga aberta com a renúncia do ministro Bruno Dantas, anunciada na segunda-feira passada.

Parcialismo do TSE

Kássio vota para definir critérios para deepfake e legaliza IA de Bolsonaro

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kássio Nunes Marques, votou para definir três critérios para a caracterização de deepfake ilícito na campanha eleitoral: a natureza sintética do conteúdo, elevado grau de realismo (apto a confundir o eleitor) e que seja destinado a criar, reproduzir ou alterar a imagem e voz de pessoa viva, falecida ou fictícia.

Para Nunes Marques, não caracterizam deepfake o uso de avatares estilizados, desenhos e caricaturas sem verossimilhança, tampouco os ajustes destinados a melhorar a qualidade da imagem ou do som, elementos gráficos de identidade visual, vinhetas e logomarcas.

O ministro não viu ilícito eleitoral, porém, no vídeo de IA simulando o ex-presidente Jair Bolsonaro apresentado na convenção do PL em julho

deste ano, e não considerou que o conteúdo configure propaganda eleitoral antecipada. Para Nunes Marques, as regras definidas neste momento devem se aplicar somente ao futuro.

"É neste momento que o Tribunal passa a definir, diante das novas formas de comunicação que surgem em ritmo acelerado, os contornos de sua incidência. Neste cenário, não me parece possível extrair da utilização da inteligência artificial na convenção partidária o propósito de contornar a legislação eleitoral", afirmou o ministro.

O uso de deepfake já é proibido para favorecer ou prejudicar candidaturas, mas ainda há uma margem de interpretação que tem dividido os ministros. As resoluções aprovadas pelo TSE em março não proibem o uso de IA na propaganda eleitoral, mas exigem a rotulagem desses conteúdos.

São Paulo

STJ mantém prisão de tenente-coronel da PM réu por feminicídio

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca manteve a prisão de Geraldo Leite Rosa Neto, tenente-coronel da Polícia Militar de São Paulo, em decisão liminar publicada na segunda-feira passada. Geraldo Neto é acusado de ter cometido feminicídio contra a mulher dele, a também PM Gisele Alves Santana, em fevereiro de 2026.

Fonseca é o relator do caso no STJ. Na liminar, o magistrado avaliou que é necessário manter a prisão cautelar em razão do risco de interferência na produção das provas e dos indícios de que o militar teria tentado eliminar vestígios e alterar o local onde a mulher foi encontrada morta.

O tenente-coronel foi denunciado pelos crimes de feminicídio e fraude processual. A investigação aponta que, no dia 18 de fevereiro, Geraldo teria segurado a companheira e atirado na cabeça dela após uma discussão. Posteriormente, ele teria deitado o corpo de Gisele no chão e alterado a cena do crime para simular um suicídio, colocando a arma do crime na mão da vítima.

Ao STJ, a defesa do tenente-coronel defendeu a aplicação de medidas cautelares mais brandas que a prisão. Os advo-

gados do réu alegaram que o oficial estaria cooperando com as investigações, além de já ter passado à reserva na PM. Contudo, Fonseca apontou que o decreto prisional está baseado na conveniência da instrução criminal e destacou que, além de o militar ocupar posição elevada na hierarquia da PM, o processo conta com diversos policiais arrolados como testemunhas.

Ao negar a liminar, o relator ressaltou que "é imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal". O mérito do pedido de habeas corpus feito pela defesa ainda será julgado pela Quinta Turma.

A ação penal que apura os fatos tramita na 5ª Vara do Júri do Fórum Criminal da Barra Funda, na zona oeste da capital paulista. Em abril de 2026, o ministro do STJ estabeleceu a competência do tribunal do júri de São Paulo para julgar o caso.

Geraldo Neto foi preso um mês depois do crime, em 18 de março, em São José dos Campos, por determinação da Justiça Militar, após investigação conduzida pela Corregedoria da PM.

Caso Master

PGR pede a nulidade de investigação contra Moraes

LAVÍNIA KAUCZ

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, se manifestou pela nulidade da investigação contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes no caso do Banco Master. A manifestação atende a um pedido do relator do processo, André Mendonça, após o recebimento de relatório da Polícia Federal (PF) com diálogos entre Moraes e o dono do Master, Daniel Vorcaro.

O relatório da PF foi feito a pedido de Mendonça. Para Gonet, a investigação é nula porque Mendonça não poderia ter ordenado a PF a investigar pessoas específicas. "A ordem dada à autoridade policial para investigar pessoas específicas, sem pedido do Ministério Público e sem iniciativa da autoridade policial, é nula, por exceder os limites de competência do magistrado na fase pré-processual", apontou Gonet.

O PGR ainda disse que não



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

caberia a Mendonça "aprofundar as pesquisas sobre o colega". "Impunha-se, antes, que, acreditando haver o que merecesse ser investigado, se dirigisse ao Presidente do Tribunal, para

que o Plenário pudesse avaliar o acerto da sua impressão, concordando ou não com a investigação", afirmou.

"Ao juiz não cabe acusar, menos ainda ao juiz cabe realizar

investigações pré-processuais. Não lhe é dado valer-se da polícia judiciária como sua longa manus para atividades que não lhe foram assinaladas", destacou o PGR.

Campanha

‘Terrivelmente parcial’ atende Flávio e cassa propaganda de Lula

GABRIEL SERPA/AE

O ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou na segunda-feira passada, a suspensão de propaganda da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), veiculada na televisão na última sexta-feira.

O pedido foi feito pelo senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), que alegou a falta do nome do vice-pre-

sidente Geraldo Alckmin (PSB) na peça publicitária apresentada em espaço do horário eleitoral gratuito.

No documento protocolado junto à Corte eleitoral, os advogados de Flávio citam o jingle "Rap do Silva", reproduzido junto à imagem e ao nome do presidente Lula, sem qualquer menção a Alckmin.

Mendonça alegou que a inserção não está em conformidade com a legislação eleitoral

brasileira e nem com a Resolução 23.610 de 2019, do TSE. "Verifico a presença dos requisitos necessários à concessão parcial da medida."

Com a decisão, a campanha de Lula não poderá reproduzir a peça até que os ajustes sejam feitos. De acordo com a regra eleitoral, o nome do vice na chapa deve ser legível e o tamanho não pode ser menor do que 30% daquele utilizado para o titular.

A decisão não afeta a utiliza-

ção do jingle ou das imagens usadas no programa eleitoral. "Não se mostra necessária, neste momento, ordem genérica dirigida a toda e qualquer propaganda futura dos representados, bastando impedir a reiteração da peça cuja irregularidade é objeto destes autos."

André Mendonça ainda sinalizou que a aplicação de multa e demais sanções só será examinada pelo tribunal depois que a campanha de Lula se manifeste.

Conselho

Citado por Flávio como possível ministro, Lottenberg deixa Einstein

O Hospital Israelita Albert Einstein informou que o médico Claudio Luiz Lottenberg, presidente do Conselho Deliberativo da unidade, iniciou ontem, um período de "licença de suas atribuições relacionadas à governança da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, com vigência até o término do período eleitoral".

"Essa decisão está em confor-

midade com o Código de Ética do Einstein, que exige absoluta neutralidade política e veda o uso de seus bens e recursos para fins políticos", diz a nota do Einstein.

No último dia 28, durante sabinha na TV Globo, o candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, anunciou que, caso seja eleito, Lottenberg será seu ministro da Saúde. O nome foi

apresentado pelo candidato na reta final da entrevista, quando Flávio falava sobre suas propostas para a área e defendia a modernização do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na ocasião, Flávio descreveu Lottenberg como uma pessoa "muito importante" e "preparada", com longa experiência na iniciativa privada e que poderia contribuir para a gestão da saú-

de pública com a adoção de "melhores práticas" do setor privado.

A amigos, Lottenberg já vinha falando desse convite e contando que conversou com Flávio Bolsonaro, lembrando a ele que foi contra a política de saúde do pai dele. Contudo, ouviu que se aceitasse é para fazer o que considera certo e melhor para a saúde dos brasileiros.

Senado

Rogério Marinho: vamos renovar pedido de impeachment contra Moraes

GABRIEL MÁXIMO E NAOMI MATSU/AE

O líder da Oposição no Senado e coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência, Rogério Marinho (PL-RN), disse ontem, que fará um novo pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes após as novas revelações do envolvimento do magistrado no Caso Master.

"Nós estamos aqui renovando um novo pedido. Acho que é o 53º pedido de impeachment do senhor Alexandre de Moraes. Ele está condecorado pela forma descuidada com que tem des-



WILSON DIAS/ABRASIL

bordado a legislação, na nossa opinião. O que nós queremos é que seja apurado", disse o parlamentar, em entrevista coletiva.

Marinho também afirmou que protocolará uma notícia-crime contra Moraes e contra o

diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Passos. Segundo ele, a petição será direcionada ao vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand, já que também há indícios de envolvimento do procu-

rador-geral da República, Paulo Gonet, com Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

O líder da Oposição afirmou ainda que vai oficialiar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para que demita Andrei e defendeu que o regimento do Senado para acelerar o processo de impeachment de ministros do STF.

"Infelizmente, o nosso Senado da República não cumpre seu papel. Aliás, precisa ser reformado o regimento do Senado, para permitir que essa decisão (abrir o processo de impeachment) não seja apenas do presidente, mas seja do colegiado ou pelo menos da Mesa Diretora, que ela seja compartilhada", sugeriu.

JOGATINA

Governo ouve sociedade civil e deve tomar decisão sobre bets

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu representantes da sociedade civil ontem no Palácio do Planalto, em Brasília, para ouvir opiniões sobre o mercado de casas de apostas eletrônicas, mais conhecidas como bets. Segundo Lula, o governo deve tomar uma decisão em breve sobre o tema e ouvir a sociedade civil é parte importante nesse processo.

“O governo tem discutido como resolver o problema das bets. Eu sugeri ouvirmos o que a sociedade brasileira pensa sobre as bets antes de tomarmos uma solução definitiva. Depois que terminar essa reunião eu vou ainda esta semana, possivelmente, convocar uma reunião para tomar uma decisão”, anunciou.

Participaram da reunião entidades de proteção à criança, de estudos em saúde, representantes de setores do comércio, econômico e artístico.

A ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, foi a responsável pela condução da reunião. Esti-

veram presentes o chefe da pasta da Saúde, Alexandre Padilha; Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência da República; Wellington César Lima e Silva, da Justiça e Segurança Pública; Sidônio Palmeira, da Secretaria de Comunicação Social; e Paulo Henrique Cordeiro, do Esporte.

A equipe do governo ouviu apelos para proibir as bets no Brasil e também diversos relatos sobre o potencial destrutivo das apostas eletrônicas na realidade das famílias, os impactos na economia e na saúde das pessoas. Um dos relatos detalhou o caso de um pai preocupado com a filha, em dívida com um agiota após ter perdido dinheiro com apostas eletrônicas.

Um dos participantes contou sobre o aumento da inadimplência devido ao uso do dinheiro para apostas, com prejuízo para o comércio. O presidente também ouviu a sugestão de criação de uma secretaria extraordinária voltada ao combate às bets ilegais.

DEPENDÊNCIA

Alexandre Padilha detalhou

alguns dados sobre o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) a pessoas viciadas em apostas. O governo ofertou inicialmente 600 atendimentos por mês, e o número mensal já está em 100 mil. Segundo ele, 55% do grupo que procura cuidado é formado por mulheres, ainda que o número de homens envolvidos com apostas seja maior.

O ministro da Saúde afirmou ainda que existe uma proposta de Resolução sobre o tema em discussão na Organização Mundial de Saúde (OMS). Países como Brasil, Espanha e Canadá lideram a iniciativa.

Padilha ainda explicou que a plataforma online SUS Digital pode ser usada para solicitar atendimento e iniciar um plano terapêutico contra a dependência em apostas.

Lula defende que as bets são “um mal pra sociedade”, e que é a favor do fim desse tipo de aposta, mas, como presidente da República, precisa ponderar sobre as implicações para a estabilidade política, social e econômica de uma decisão, seja qual for.

Em seguida, porém, conside-

rou a possibilidade de tomar uma “decisão mais drástica”, sem detalhar. “

Acho que temos que tomar a decisão mais drástica. A gente tentou regular, tentou proibir. Mas proibir 60 mil bets clandestinas não é fácil. Envolve muita gente, artistas famosos fazendo propaganda. Na Copa do Mundo não estavam transmitindo jogo, estavam fazendo um apelo para o cara jogar”.

PERDA

As famílias brasileiras perderam R\$ 62,5 bilhões para as bets no ano passado. O montante corresponde ao valor líquido, ou seja, à diferença entre o dinheiro apostado e o devolvido em forma de prêmio. Este valor equivale a uma média de R\$ 4,7 bilhões por mês, considerando o período de outubro de 2024 a março de 2026.

As perdas equivalem a 0,68% da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias e consideram as transferências feitas por Pix para as casas de apostas. No mesmo período, as bets movimentaram quase R\$ 351 bilhões em transações via Pix.

TRF1

Magistrado mantém cobrança de imposto de exportação de petróleo

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O desembargador federal Roberto Carvalho Veloso, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), derrubou ontem a liminar da 17ª Vara Federal do Distrito Federal que suspendia a cobrança do imposto de 12% sobre as exportações de óleo bruto de petróleo e de minerais betuminosos (rochas e substâncias ricas em hidrocarbonetos).

A decisão atende a um recurso interposto pela Advocacia-Geral da União (AGU) contra a suspensão do tributo.

No pedido de revisão, a defesa da União argumentou pela legalidade do ato administrativo do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex), que instituiu a alíquota de 12% do imposto de exportação sobre esses produtos ainda em julho.

A tarifa foi definida pelo comitê após o fim da validade da Medida Provisória (MP) 1.340/2026, editada em março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para compensar a redução de tributos federais sobre o diesel, adotada pelo governo para amenizar os impactos da alta internacional dos combustíveis provocada pelo conflito militar no Oriente Médio.

A guerra entre Estados Unidos e Irã acarretou no fechamento do Estreito de Ormuz, uma das principais rotas internacionais de exportação de petróleo, situação que impactou fortemente na alta do preço do barril do produto em todo o planeta.

Além do imposto de exportação, a MP incluiu ainda o subsídio de R\$ 0,32 por litro do diesel e ações de reforço na fiscalização contra aumentos abusivos no preço dos combustíveis.

A ação que pediu a suspensão da cobrança do imposto foi proposta pela Associação Brasileira de Empresas de Exploração e de Produção de Petróleo e Gás (Abep), que ale-

gou, em ação coletiva contra a Receita Federal, que a resolução do Gecex-Camex era, na prática, uma reprodução da cobrança que o Congresso havia deixado caducar com o fim da MP, o que seria vedado pela Constituição Federal.

O argumento foi acatado pelo juiz Diego Câmara, da 17ª Vara Federal, que considerou o ato da Camex "burla ao devido processo legislativo".

Ao examinar o recurso, no entanto, o desembargador Roberto Carvalho Veloso refutou o argumento de descumprimento da Constituição. Segundo ele, a vedação, neste caso, só se aplicaria se o governo editasse uma nova MP com o mesmo teor, o que não vale para um ato administrativo do Gecex-Camex, que tem atribuição de deliberar sobre tributos regulatórios.

"A competência do Poder Executivo para alterar as alíquotas do IE [imposto de exportação], portanto, preexiste à edição da MP 1.340/2026 e a ela sobrevive, não havendo, em exame preliminar, identidade de fundamento de validade entre os dois atos normativos capaz de caracterizar fraude à vedação constitucional invocada", afirmou.

O magistrado também sustentou que a suspensão do imposto implica "risco de dano à ordem econômica e ao planejamento estatal em matéria de política cambial e de comércio exterior, notadamente em contexto de instabilidade geopolítica internacional, além de configurar risco de efeito multiplicador de decisões similares em todo o território nacional".

As exportações de petróleo bruto e minerais betuminosos tiveram a tributação de 12% prorrogada por mais 60 dias, a partir de 8 de setembro.

A Receita Federal informou, na semana passada, que o imposto de exportação sobre petróleo arrecadou R\$ 7,98 bilhões até julho.

Cabe recurso da decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

PROPAGANDA ELEITORAL

Dias Toffoli libera campanha de Renan Santos pela internet

ROSINEI COUTINHO/STF



MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Dias Toffoli liberou a propaganda eleitoral do candidato à presidência da República Renan Santos (Missão) na internet.

Toffoli (**foto**) havia determinado a suspensão da campanha em ambiente digital na segunda-feira, sob alegação de que o partido não havia informado quais eram os perfis de propaganda de Renan Santos nas redes sociais.

Em decisão divulgada na tarde de ontem, o ministro do TSE afirmou que as providências solicitadas ao Missão foram “parcialmente atendidas” e liberou a propaganda do candidato. Também havia sido suspenso o repasse de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), agora também reestabelecido.

A participação de Renan Santos em debates, que também havia sido suspensa, foi liberada.

Toffoli deu prazo de 72 horas para que o candidato informe a data de criação de cada perfil em rede social e quando se deu o início de sua utilização para fins de propaganda eleitoral.

Ele também deve informar

CÂMARA

Ajustes no texto adiam votação da MP da ‘taxa das blusinhas’

Em busca de acordo sobre ajustes finais no texto, a comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 1357/2026, que acaba com a chamada taxa das blusinhas, adiou para hoje, às 10h, a análise do relatório da senadora Leila do Vôlei (PDT-DF).

A MP suspende a cobrança do imposto federal de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 257). O texto perderá a va-

lidade no dia 8 de setembro, caso não seja votado e aprovado pelo Congresso Nacional, que realiza nesta semana o último esforço concentrado de votações legislativas antes das eleições de outubro. Se for aprovado na comissão mista, a MP ainda precisará passar pelos plenários tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado.

A medida ainda em vigor mudou regras do Regime de Tribu-

tação Simplificada e autorizou o ministro da Fazenda a modificar as alíquotas do Imposto de Importação, podendo reduzi-las a zero na faixa de até US\$ 50 e a 30% na faixa de até US\$ 3 mil. As regras valem para compras feitas em plataformas certificadas pelo Remessa Conforme, programa da Receita Federal em que as taxas são cobradas no ato da compra.

A alíquota zero do imposto

federal não elimina os demais tributos. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, continua sendo cobrado. Segundo a Receita Federal, nas compras de até US\$ 50 feitas em plataformas certificadas pelo Remessa Conforme, o Imposto de Importação é de 0%, enquanto o ICMS varia atualmente entre 17% e 20%, dependendo do estado.

COLONIALISMO

Instituto Vladimir Herzog alerta Fachin sobre interferência dos EUA

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

O presidente do Instituto Vladimir Herzog, Rogério Sottili, alertou, em carta enviada ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, para o risco de interferência dos Estados Unidos nas eleições brasileiras de 2026. O documento foi enviado dia 19 de agosto.

Segundo Sottili, há sinais de que o resultado das eleições para a Presidência da República poderá não ser reconhecido pelo governo do presidente Do-

nald Trump. A avaliação, segundo ele, foi feita após viagem aos Estados Unidos, onde conver- sou com lideranças políticas e representantes de entidades da sociedade civil.

“Já existe ingerência externa por parte dos Estados Unidos e há um indício muito forte de que, sim, a tendência seguirá nesta crescente com relação às eleições brasileiras para a presidência e o possível não reconhecimento do resultado ao pleito”, afirma Sottili na carta.

O documento também manifestava preocupação com a

atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acompanha processos eleitorais nos países-membros. O instituto pede atenção preventiva das instituições brasileiras para garantir que a organização possa exercer suas funções com autonomia, rigor técnico e postura republicana diante das pressões políticas internacionais.

O Instituto Vladimir Herzog pede que o STF se posicione diante das ameaças. Segundo a entidade, um eventual questionamento internacional do resul-

tado eleitoral poderia afetar a legitimidade da Corte e ser utilizado internamente para contestar decisões judiciais.

“Um eventual questionamento internacional do resultado eleitoral pode deixar de ser apenas um problema diplomático quando passa a ser utilizado internamente para deslegitimar decisões judiciais, estimular o descumprimento da Constituição, atacar a independência do Poder Judiciário ou sustentar iniciativas voltadas à ruptura da ordem democrática”, afirma a carta.

STF

Mendonça quer levar ao plenário falas atribuídas a Vorcaro e Moraes

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu ontem que as novas conversas atribuídas ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro e o ministro Alexandre de Moraes sejam analisadas pelo plenário da Corte.

A sinalização do ministro ocorreu no despacho no qual Mendonça retirou o sigilo de diálogos inéditos até então.

As conversas mostram citações aos nomes de Moraes e do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e foram extraídas a partir da quebra de sigilo do celular do ex-banqueiro, que é alvo das investigações da Operação Compliance Zero. A apuração investiga fraudes financeiras no Banco Master.

Segundo Mendonça, que é relator do caso, o plenário da Corte é a "instância soberana" para analisar o caso.

"O caminho inevitável dos presentes autos leva ao plenário deste Supremo Tribunal Federal, instância soberana para analisar, de modo técnico estritamente jurídico, os novos elementos trazidos pela autoridade policial", afirmou o ministro.

O ministro também defendeu que sessão ocorra de forma "pública e transparente".

A aludida deliberação, pelo plenário da Corte, deverá ocor-

GUERRA

Irã mira posições americanas no Oriente após ataques dos EUA

FRANCINE DE LORENZO/AE

O Irã deu início a novos ataques a posições dos EUA no Oriente Médio, após o governo norte-americano confirmar mais cedo mais uma rodada de bombardeios a alvos iranianos. Em sua conta no Telegram, a Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC), General Mohibi, publicou no X que "uma punição severa aguarda os agressores" e que os EUA "se arrenderão de seus novos ataques".

Uma fonte militar de alto escalão também afirmou à agência iraniana Tasnim que a reação das Forças Armadas do Irã será "várias vezes maior" do que a ofensiva dos EUA. Segundo a fonte, Teerã dará uma resposta "decisiva e ampla" a qualquer agressão contra o território ou os interesses do país e bases e outros interesses americanos na região "ficarão rapidamente sob ataques do Irã".

No início da tarde desta terça-feira, o Comando Central dos Estados Unidos (Centcom, em inglês) informou que as Forças Armadas americanas começaram às 13h (de Brasília) ataques contra alvos da IRGC, após ações iranianas contra alvos dos EUA na região e navios comerciais em Ormuz.

Após o início da ofensiva, explosões foram relatadas em Bandar Abbas, Qeshm, Jask e Sirik, segundo a agência estatal iraniana IRNA. Chababar e Konarak também foram atingidas por quatro projéteis, de acordo com uma autoridade militar iraniana. Em paralelo, a Embaixada dos EUA em Jerusalém alertou para o risco de uma "escalada imprevista" do conflito no Oriente Médio.

TRUMP AMEAÇA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçou ontem lançar ataques ainda mais intensos contra o Irã caso Teerã responda à nova ofensiva americana. Em publicação na Truth Social, Trump afirmou que, se o Irã retaliar, "será atingido novamente em um nível muito mais duro e elevado" e disse haver um ataque ainda maior "à espera", após o qual "restará muito pouco da República Islâmica do Irã".

Trump confirmou que forças americanas estão atacando alvos iranianos próximos ao Estreito de Ormuz e classificou as operações como "grandes e

poterosas". Segundo ele, os bombardeios são uma resposta à tentativa iraniana de instalar minas marítimas no estreito e ao lançamento de oito mísseis contra uma base militar dos EUA na Jordânia, todos supostamente interceptados.

Em resposta, o porta-voz da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC), General Mohibi, publicou no X que "uma punição severa aguarda os agressores" e que os EUA "se arrenderão de seus novos ataques".

Uma fonte militar de alto escalão também afirmou à agência iraniana Tasnim que a reação das Forças Armadas do Irã será "várias vezes maior" do que a ofensiva dos EUA. Segundo a fonte, Teerã dará uma resposta "decisiva e ampla" a qualquer agressão contra o território ou os interesses do país e bases e outros interesses americanos na região "ficarão rapidamente sob ataques do Irã".

No início da tarde desta terça-feira, o Comando Central dos Estados Unidos (Centcom, em inglês) informou que as Forças Armadas americanas começaram às 13h (de Brasília) ataques contra alvos da IRGC, após ações iranianas contra alvos dos EUA na região e navios comerciais em Ormuz.

Após o início da ofensiva, explosões foram relatadas em Bandar Abbas, Qeshm, Jask e Sirik, segundo a agência estatal iraniana IRNA. Chababar e Konarak também foram atingidas por quatro projéteis, de acordo com uma autoridade militar iraniana. Em paralelo, a Embaixada dos EUA em Jerusalém alertou para o risco de uma "escalada imprevista" do conflito no Oriente Médio.

DECLRAÇÃO

Líderes da OCX condenam ataques dos Estados Unidos ao Irã

THAIS PORSCH/AE

Os líderes da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) assinaram ontem, uma declaração conjunta condenando a guerra dos EUA e de Israel contra o Irã e as sanções ocidentais a alguns de seus membros, após uma cúpula de dois dias no Quirguistão.

A OCX condenou "os ataques militares no território da República Islâmica do Irã, que resultaram em numerosas vítimas civis e danos significativos à economia do país". Eles também afirmaram que os ataques dos EUA e de Israel ao Irã violam os princípios e normas do direito internacional e a Carta da ONU, criando sérios riscos à paz, segurança e estabilidade internacionais.

"Os Estados Membros expressam suas sinceras condolências ao povo e ao Governo da República Islâmica do Irã pela trágica morte do Líder Supremo Ali Khamenei e às famílias das vítimas", acrescentou o documento.

A declaração conjunta, chamada de "Declaração de Bishkek", foi assinada pelo presidente chinês Xi Jinping, seu homólogo russo Vladimir Putin, o primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, o primeiro-ministro paquistanês Shehbaz Sharif, entre outros líderes das nações membros da OCX.

Segundo a agência IRNA, o presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, defendeu na cúpula o fortalecimento simultâneo da cooperação em segurança e da economia. Ele apresentou três iniciativas específicas com o objetivo de aprofundar a cooperação financeira e bancária,

apoiar o comércio e garantir a segurança energética.

Em discursos nesta terça, Putin e Xi defenderam o multilateralismo e o fortalecimento do Sul Global frente ao protecionismo. As falas aconteceram antes de os Estados Unidos intensificarem ataques contra o Irã no início desta tarde, ao que Teerã prometeu retaliações.

OCX

O presidente russo, Vladimir Putin, afirmou que a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) se consolidou, em 25 anos, como um "centro independente e influente" de um mundo multipolar em formação e lembrou que o grupo foi criado por iniciativa de seis países - Rússia, China, Casaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Usbequistão - e desde então ampliou de forma significativa o número de integrantes e parceiros.

Em discurso na cúpula da OCX, o líder russo disse que a organização se tornou a maior associação regional não apenas na Eurásia, mas no mundo, reunindo quase metade da população global e mais de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Ele ressaltou ainda que os países do grupo concentram grande parte dos recursos naturais do planeta e têm potencial intelectual e tecnológico relevante, além de abrigarem rotas transcontinentais estratégicas.

No campo institucional, Putin espera que um pacote de decisões na cúpula dê um novo impulso à parceria. Ele afirmou que a Rússia compartilha os enfoques da principal declaração do encontro.

VENEZUELA

Empresa ligada ao Pentágono vai surrupiar 21% do petróleo

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O governo dos Estados Unidos (EUA) revelou, na segunda-feira passada, mais detalhes sobre o acordo com a Venezuela para, segundo a Casa Branca, "controlar" 21% das reservas de petróleo do país sul-americano pelos próximos 100 anos por meio de empresa ligada ao Pentágono.

Em comunicado, a Casa Branca afirma que os campos de petróleo serão operados pela North American Blue Energy Partnes (Nabep), empresa privada que tem 35% das ações sobre controle do Escritório de Capital Estratégico do Departamento de Guerra dos EUA.

"A Nabep concedeu ao Departamento de Estado dos EUA o direito de comprar, ao custo de produção, 20% da produção de todos os campos atuais e futuros que a Nabep operará, garantindo um fornecimento estável de petróleo a baixo custo que pode facilitar o reabastecimento da Reserva Estratégica de Petróleo", diz a nota da Casa Branca.

A Napeb ainda concedeu ao governo dos EUA o direito de preferência na compra dos 80% restantes da produção. Além disso, a Casa Branca afirma que tem direito de veto na nomeação de qualquer membro do conselho de administração da companhia.

"A maioria dos membros do conselho da Nabep deve ser composta por cidadãos americanos. O acordo do governo dos EUA com a Nabep é regido pela legislação americana e está sujeito à jurisdição dos tribunais americanos", afirma o comunicado oficial.

RELAÇÕES

O comunicado do governo de Donald Trump contradiz pronunciamento da presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, de que o acordo abrangeria 25 anos. A parceria sofreu críticas de especialistas e de grupos chavistas por suposto teor "neocolonial".

Dona das maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo, a Venezuela teve seu presidente Nicolás Maduro sequestrado no dia 3 de janeiro deste ano, em uma ação ilegal da Casa Branca, considerando o direito internacional.

A pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) Thaís Batista avalia que as relações entre Venezuela e EUA podem ser consideradas "neocoloniais" tendo em vista as mudanças na Venezuela feitas por meio da força da potência estrangeira.

"(Pode ser considerado neocolonial pelo fato de a Casa Branca) usar a violência para estabelecer um novo governo na Venezuela e, a partir disso, com essa constante ameaça do uso da força, para conseguir certos acordos e a modificação de leis", disse à Agência Brasil a doutoranda em ciência política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

EUA

Embaixada em Jerusalém alerta potencial escalada de conflito no Oriente Médio

FRANCINE DE LORENZO E PEDRO LIMA/AE

A Embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém emitiu ontem, um novo alerta de segurança diante das tensões no Oriente Médio e do risco de uma "escalada imprevista". A representação diplomática orientou cidadãos americanos na região a manter vigilância reforçada e fi-



WIKIPÉDIA

Menos de um mês após o sequestro de Maduro, a Venezuela aprovou mudanças na Lei do Petróleo para permitir a exploração de reservas por empresas privadas. Até então, as empresas privadas poderiam participar da exploração apenas como sócias menores do Estado venezuelano.

RESERVAS

A parceria energética entre Caracas e Washington surge em meio à queda histórica das reservas de petróleo no mundo, motivada pela guerra no Irã e pelo fechamento do Estreito de Ormuz, que fez cair a oferta do petróleo no mercado global.

O aumento do valor dos combustíveis dentro dos EUA é uma das principais críticas contra a administração Trump às vésperas da eleição legislativa de novembro deste ano, que pode reverter a pequena maioria republicana no Congresso.

Com sede em Barbados, no Caribe, a empresa Napeb tem três filiais na Venezuela: em Caracas, Maracaibo e Lechería. Chefiada pelo empresário venezuelano Alejandro Betancourt, a companhia comemorou, ontem, o acordo entre EUA e Venezuela.

Em comunicado, a Napeb diz que aumentou a produção na Venezuela em mais de 10 vezes, de 18 mil para 200 mil barris de petróleo por dia, após investimentos de US\$ 1 bilhão da própria empresa. "Isso transformou a Nabep na segunda maior produtora de petróleo do país em apenas dois anos", disse a companhia.

ACORDO DE 100 ANOS

Assinado pelos secretários da Guerra, Pete Hegseth, e do Departamento de Estado, Marco Rubio, o acordo com a Venezuela concederia aos EUA direitos de "governança, propriedade econômica e garantia de fornecimento a baixo custo" por meio de concessão de 100 anos de 17 campos de petróleo avaliados

em 65 bilhões de barris.

O montante equivalente a 21% dos 303 bilhões de barris de reservas comprovadas do país latino-americano. Ao justificar o acordo, a presidente interina Delcy Rodríguez afirmou que Caracas escolheu "o caminho da diplomacia" com os EUA.

"Ter recursos subterrâneos não basta. Precisamos de investimento, tecnologia, infraestrutura, capacidade produtiva para transformar essa riqueza em bem-estar para o nosso povo", disse Delcy em comunicado em rádio e TV.

Segundo ela, a parceria vai permitir recuperar a infraestrutura energética da Venezuela com US\$ 100 bilhões em investimentos e US\$ 209 bilhões em impostos em 25 anos.

O governo Delcy espera aumentar a produção em 1,5 milhão de barris por dia. Isso representaria mais que o dobro da produção atual do país. Em julho, a Venezuela produziu 1,1 milhão de barris por dia, segundo dados da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP).

No auge da bonança petroleira do período chavista, entre 2005 e 2014, a Venezuela produzia entre 2,5 a 3 milhões de barris por dia.

ESPECIALISTA

Especialista no setor petroleiro, o venezuelano Francisco Rodríguez lembrou que a Lei do Petróleo do país exige que a oferta de campos de petróleo para exploração seja por meio de concorrência em licitação.

"As concessões de 100 anos concedidas pelo governo venezuelano são duas vezes mais longas do que as concessões mais longas já concedidas pelo país desde o início da exploração de petróleo", comentou, em rede social, o professor da Universidade de Denver, dos EUA.

Rodríguez pondera que precisa de mais informações sobre o acordo para uma análise defi-

nitiva, mas destaca que os recursos em impostos anunciados por Delcy são historicamente baixos.

"Segundo os números [do governo Delcy], este acordo gerará uma receita fiscal de apenas US\$ 3,22 dólares por barril de petróleo venezuelano. Isso representa 4,7% do preço atual e menos da metade da taxa de royalties estipulada nas concessões outorgadas por Juan Vicente Gómez [na década de 1920]", disse o especialista.

DOUTRINA MONROE

A Casa Branca destacou ainda que o acordo faz parte da reafirmação da Doutrina Monroe para América Latina, que prevê a "predominância" de Washington sobre todo o continente, expulsando empresas russas, chinesas ou cubanas da Venezuela. "O presidente Trump restabeleceu a Doutrina Monroe, expurgando a influência estrangeira maligna de nossa região e garantindo que a supremacia americana em nosso hemisfério nunca mais seja questionada", finaliza o comunicado sobre o acordo com Caracas.

Para a especialista em relações internacionais da OPSA Thaís Batista, o acordo com a Venezuela reforça a posição que os EUA querem impor a toda América Latina.

"Toda construção que o Brasil tentou fazer, de integração latino-americana fica comprometida na medida em que os EUA usam a violência para conseguir garantir os seus interesses num país que é vizinho do Brasil", comentou.

CHAVISMO DIVIDIDO

O acordo anunciado foi alvo de críticas de grupos de base do chavismo. No último sábado, a Frente Popular Antimperialista protestou em Caracas afirmando: "não somos colônia, nem quintal traseiro" dos EUA, segundo noticiou veículos locais.

Por meio de nota, o Movimento Revolucionário Tupamaro, com sede em Caracas, denunciou o acordo com os EUA.

"Não basta anunciar contratos, nem repetir discursos vazios de 'desenvolvimento' e 'investimentos' se por detrás se esconde a mesma lógica de sempre: a subordinação da nossa riqueza a interesses estrangeiros", disse.

Por outro lado, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) saiu em defesa do acordo com os EUA como forma de reativar a economia do país. Maduro Guerra, filho do presidente Maduro, também defendeu o governo Delcy Rodríguez.

Ele publicou entrevista do pai, realizada dois dias antes do sequestro por forças especiais dos EUA, em que Nicolas Maduro defende o retorno dos investimentos dos EUA ao país sul-americano.

"Maduro deixou clara a posição do Estado venezuelano: total disposição para o retorno do capital norte-americano ao setor petrolífero, sob condições de respeito mútuo", disse o filho de Maduro.

rior, incluindo empresas e instituições associadas ao país.

Entre as recomendações, estão identificar abrigos próximos e evitar manifestações e grandes aglomerações. Em caso de ataque aéreo, americanos devem se afastar de portas e janelas de vidro e de destroços. As seções consulares em Jerusalém e Tel Aviv seguem abertas para serviços de rotina e emergência.